

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA E AGRADECIMENTOS	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO DA UNIÃO DE FACTO	15
1. Contextualização da união de facto e o crescimento do instituto	15
2. A união de facto como relação jurídico-familiar?	17
2.1. Relação com a Constituição da República Portuguesa	27
3. Requisitos e averiguação da pertinência do registo	30
CAPÍTULO II – O (DES)EQUILÍBRIO PATRIMONIAL NA UNIÃO DE FACTO	35
1. Os regimes de bens do casamento e o afastamento da analogia entre os dois institutos	35
2. O regime primário de bens	41
2.1. A administração de bens	42
2.2. As ilegitimidades conjugais	44
2.3. O (possível) caso excecional da analogia com o regime de dívidas dos cônjuges	47
3. A ausência de regime de bens na união de facto: uma solução definitiva?	53
4. Há necessidade de gizar um novo modelo de união de facto no ordenamento jurídico português? A resposta do ordenamento jurídico francês	56
CAPÍTULO III – A PERTINÊNCIA DO PACTO DE COABITAÇÃO	63
1. O princípio da autonomia privada e normas imperativas de Direito da Família	63
2. O pacto de coabitação: caracterização e pertinência	67
3. Validade das cláusulas do pacto de coabitação	73

3.1. Cláusulas patrimoniais	75
3.2. Cláusulas não patrimoniais	79
4. O perigo da existência de “casamentos de tipo B”	82
CAPÍTULO IV – A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DE FACTO	85
1. Formas de dissolução da união de facto	85
2. A dissolução origina responsabilidade? Análise da perspectiva contratual e extracontratual	93
3. O tratamento do património adquirido ao longo da convivência	94
3.1. As soluções encontradas pela doutrina e jurisprudência	96
3.1.1. Enriquecimento sem causa	97
3.1.2. Obrigação natural	104
3.1.3. Sociedade de facto	105
3.2. O trabalho doméstico e a obrigação de restituir	107
4. A tutela do direito a não casar como garantia para uma união equilibrada	111
5. A adequação da mediação familiar para a resolução de litígios	113
CONCLUSÃO	119
BIBLIOGRAFIA CITADA	123
LISTA DE JURISPRUDÊNCIA	127
WEBGRAFIA	129